

ENTRE O DISCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CAPITALISMO: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Andréia da Silva Daltoé *
João Antolino Monteiro**

Resumo: Na busca por um sistema produtivo distinto do capitalismo, a Economia Solidária (ES) subsidia a organização de empreendimentos que têm como fundamento a autogestão, a cooperação, a solidariedade no processo produtivo e a valorização do homem. Porém, mesmo apresentando-se como oportunidade de inclusão, o movimento da ES enfrenta um contexto adverso e mesmo resistências por parte dos seus membros. Nessa perspectiva, investigaremos, com base na Análise do Discurso de linha francesa, como se discursiviza a ES no interior do sistema capitalista, procurando observar como/se é possível romper com o discurso individualista do capitalismo ao instituir um discurso baseado na solidariedade. Para tanto, trazemos como corpus documentos norteadores para a ES e entrevistas com membros destes empreendimentos da região da AMUREL.

Palavras-chave: Economia Solidária. Capitalismo. Trabalho.

Abstract: Searching for a productive system which is different of capitalism, the Solidarity Economy (ES) subsidizes the organization of enterprises that is based on self-management, cooperation, solidarity in the productive process and the human being valorization. But, even presenting as an inclusion opportunity, ES movement faces adverse conditions and even resistances from its members. In this perspective, we will investigate, based on Discourse Analysis in French segment, how the discourses of ES are formed within the capitalist system, and we will try to see how/if it is possible to break with the individualistic speech of capitalism by introducing a discourse based on solidarity. Therefore, we bring as corpus guiding documents for the ES and interviews with members of these enterprises in Amurel region.

Keywords: Solidarity Economy. Capitalism. Job.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Professora do PPGCL-Unisul
Doutora em Letras (UFRGS)
Email: andrea.daltoe@unisul.br

**Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Professor da Unisul
Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul)
Email: joaoantolino@gmail.com



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Desde a revolução industrial, ocorrida no século XVIII, as transformações pelas quais passou o mundo do trabalho, inicialmente na Inglaterra, foram se disseminando por diferentes partes do globo de forma contundente, patrocinada pelos movimentos do capital em busca do lucro, da competitividade, da concorrência. Todavia, com o uso de tecnologias, com o aumento da produção e com a redução do tempo gasto para produzir bens e serviços, diminui a importância do trabalho e aumenta a exploração do trabalhador, situação esta que vai se agravar com o grande fluxo de trabalhadores do campo para a cidade em busca de novas oportunidades.

A rotina de trabalho era extenuante e a jornada chegava a 14 horas ou mais de trabalho, o que, aliado às más condições, perpetuou o processo de empobrecimento de milhões de trabalhadores mundo a fora, marcando a divisão entre os que detinham o capital e os que possuíam a força de trabalho.

Os trabalhadores começaram, então, a se organizar em cooperativas, sindicatos, movimentos operários e políticos, ganhando força com o surgimento do socialismo na Inglaterra, os chamados socialistas utópicos, e com a ação da igreja católica Romana por meio da *Encíclica Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XII no ano de 1891.

Mesmo assim, apesar dos diferentes movimentos de resistência dos trabalhadores, o capitalismo consegue introduzir no mundo do trabalho modificações importantes ao longo dos séculos, tais como: o liberalismo idealizado pela escola clássica de economia na Inglaterra sob a batuta de Adam Smith; a introdução do fordismo, do taylorismo e, mais tarde, do toyotismo e da acumulação flexível. Fatores estes que vão se agravar com o advento do neoliberalismo na década de 80: na Inglaterra no governo de Margareth Thatcher e nos Estados Unidos com Ronald Reagan.

No Brasil, as mudanças no mundo do trabalho começam a ser percebidas com o fim da escravidão e a chegada dos imigrantes de outros países, o que faz com que o trabalho assalariado substitua o trabalho escravo. Com Getúlio Vargas, surge a legislação trabalhista por meio da Consolidação das leis do trabalho (CLT) e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Já na década de 80, as mudanças nesse sentido vão ser protagonizadas pelo neoliberalismo, cristalizado na Inglaterra e consolidado no Brasil pelos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Na década seguinte, consolida-se um forte processo de privatização, flexibilização, precarização do trabalho, aumento do desemprego e, conseqüentemente, da exclusão social, já que, como o novo modelo econômico passa a exigir dos trabalhadores qualificação e produtividade, nem todos conseguem alcançar tal exigência.

Como resposta a esse cenário de grande número de desempregados e de exclusão social, começaram a surgir iniciativas de geração de emprego e renda e combate à miséria, como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira, organizados a partir de pequenas iniciativas de produção, bem como o movimento de formação de cooperativas de trabalhadores de empresas falidas e em situação falimentar, que passaram a assumir a forma de empreendimentos autogeridos com o apoio da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a partir de 1994, e da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003. Por força da organização desses movimentos nos últimos dez anos, instituiu-se no cenário brasileiro a organização de uma política nacional de fomento e apoio público para a economia solidária, via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003, que vai se consolidar com a criação de milhares de empreendimentos de economia solidária (EES).

Conforme preconiza a SENAES (2013), os EES são espaços de solidariedade e cooperação, dentro dos quais são esperadas relações humanas diversas daquelas promovidas por uma organização social essencialmente competitiva, ou seja, espera-se desses empreendimentos relações de trabalho que priorizem a igualdade, a colaboração e a preocupação com o bem-estar do ser humano como valor essencial.

Foi pensando uma nova possibilidade de o sujeito se relacionar com o trabalho, proposta pela ES, que objetivamos, neste artigo, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, analisar se/como os sujeitos envolvidos nestes empreendimentos conseguem imprimir uma nova perspectiva de solidariedade e autogestão da economia solidária no interior do capitalismo, e de que modo os documentos que fundamentam a ES se relacionam com estes saberes antagônicos.



Para isso, coletamos materiais para análise de dois recortes: 1) documentos norteadores da ES no Brasil; 2) entrevistas com as participantes de quatro empreendimentos de Economia Solidária da região da AMUREL¹, quais sejam: a Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI), Orgânicos Vó Maria; Artes da Natureza, ambos de Laguna e Associação Comunitária de Arte de Imbituba (ACIART).

A partir das considerações apresentadas sobre o mundo do trabalho e sobre o processo de exclusão social a que está exposto o trabalhador que não consegue atender profissionalmente às exigências do capital, levanta-se a questão que norteará este trabalho: como é possível implementar uma proposta de ES, que prevê a valorização do trabalho e do trabalhador, no interior de um sistema capitalista, se este estimula a exploração da mão de obra em nome do lucro e o individualismo consumista? Tentaremos, aqui, alguma resposta.

2. Economia Solidária

Na busca por estratégias de combate ao neoliberalismo, uma das frentes são as tentativas de inclusão produtiva, com ênfase na solidariedade, cooperação e autogestão, organizadas pela Cáritas Brasileira², a partir dos anos de 1970, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), os quais visavam garantir emprego e renda para os excluídos por meio de pequenos projetos de panificação, de agricultura em pequenas propriedades, construções de cisternas e sistemas de irrigação, bem como projetos de costura e artesanato, entre outros.

Vale ressaltar que os PACs não representaram apenas um conjunto de projetos para gerar emprego e renda, mas procuraram se configurar numa proposta de mudança da ação da Cáritas, que se, até então, atuou de forma assistencialista, passou a objetivar uma caridade libertadora, cuja base alicerçava-se na teologia da libertação. Os PACs, portanto, vão se fundamentar em práticas que permitam a proatividade de mulheres e

¹ AMUREL é a Associação de Municípios da Região de Laguna.

² A Cáritas Brasileira Fundada em 1956 é um organismo sócio pastoral ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e filiado à Cáritas Internacional. Com sede no Vaticano e origem em 1897. Esta rede está subdividida em 7 regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA - Oriente Médio e Norte da África.



homens na busca de seu sustento, saindo assim da perspectiva da caridade assistencialista para a chamada caridade libertadora.

É essa caridade libertadora que vai fundamentar as ações protagonizadas pela Cáritas nos pequenos empreendimentos que surgiram a partir dos PACs e que tinham como objetivo promover mudanças nas estruturas econômicas pela solidariedade. Acreditava-se que a saída para a estrutura econômica injusta seria o fortalecimento das relações entre as pessoas e que as mudanças pudessem acontecer a partir de seus membros. Fundamentados nessa perspectiva de cooperação e solidariedade, os trabalhadores de empresas falidas se organizam em cooperativas para fazer a gestão no processo de falência, por meio da ANTEAG.

As experiências pioneiras de geração de trabalho e renda dos PACs e da ANTEAG vão caracterizar os Novos Movimentos Sociais Econômicos (NMSE), cujo foco de atuação são as ações voltadas para os excluídos do mercado de trabalho, a fim de buscar a construção de uma nova economia.

É nesse contexto que, conforme Picolotto (2008, p. 81), “surge a “economia solidária”, afirmando a autonomia e a dimensão política das estratégias econômicas de inserção social”. A ES, na perspectiva de Picolotto, não objetiva a superação do modo de produção capitalista, mas sim ser uma forma de economia que permita a inserção social, indo ao encontro dos pressupostos da Cáritas.

Todavia, torna-se conflituoso pensar o funcionamento de uma proposta de ES, que se baseia na solidariedade, no interior de um sistema capitalista, que justamente organiza-se em torno da competitividade, do lucro, da exploração de mão-de-obra e do individualismo. Por isso, vamos observando que a ideia de inserção social e de cooperação vai se conflitar com a formação social capitalista, o que nos leva a questionar se a ES se coloca como uma outra possibilidade que suplantaria a lógica do capitalismo ou se se coloca dentro dele como uma alternativa que tentará conviver com os princípios de ambas as condições.

Vejamos o que os documentos nos trazem:

Sd 1: A Economia Solidária gira em torno da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por suas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003, p. 116).



Para o sujeito enunciador da Sd 1, a ES é uma proposta em contraste/oposição à lógica capitalista, ou seja, trata-se de uma outra coisa. Isso porque práticas de *autogestão, solidariedade, ajuda aos mais desfavorecidos* não teriam lugar numa lógica capitalista, cujo propósito seria o lucro em detrimento a quaisquer outras condições.

No mesmo embasamento de Singer, dada sua participação efetiva enquanto diretor e idealizador da SENAES, o texto da I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) apresenta a ES do seguinte modo:

Sd 2 (SENAES): A Economia Solidária é, pois, uma *alternativa* ao modelo econômico capitalista (I CONAES, 2006, p. 4, grifo nosso).

Ao propor a economia solidária como uma *alternativa* ao capitalismo, a I CONAES produz efeitos de sentidos que nos fazem pensar a ES como uma possibilidade outra que não a do modelo econômico capitalista. Nesse caso, temos a identificação do sujeito enunciador com um discurso marcado por ideias socialistas, cujo modo de produção é o do coletivo e não o individual.

Sd 3 (SENAES): Como modo de produção, a economia solidária apresenta vantagens em relação ao capitalismo e ao contrário dele se propõe a tornar-se um novo sistema socioeconômico, uma economia social pós-capitalista cujas atividades tenham como fim a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social. (I CONAES, 2006, p. 13).

A partir dos fundamentos da SENAES, as considerações formuladas no documento da I CONAES assinalam para a compreensão de que a ES se configura como um efetivo modo de reordenamento das relações historicamente estabelecidas entre homem versus trabalho.

A gestão coletiva ou autogestão neste modo de produção produz efeitos de sentido de superação da lógica capitalista, cujo mundo do trabalho é marcado por duas classes: o patrão e o empregado. Na ES, a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores garantiria a repartição dos ganhos gerados na produção, como podemos observar:

Sd 4 (SENAES): A afirmação da propriedade coletiva e da gestão compartilhada dos meios e instrumentos de produção implica na partilha dos resultados da atividade econômica, aproximando a economia solidária de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza. (I CONAES, 2006, p. 16).



Conforme a Sd 4, podemos dizer que a posse dos meios de produção não representa somente a possibilidade de repartição dos resultados, mas também a recuperação por parte dos trabalhadores daquilo que lhes foi expropriado pelo capitalismo e pela fábrica capitalista. Nessa direção, o sociólogo e pesquisador do tema Gaiger (2003, p. 194) afirma que a ES permite a “reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza”, ou seja, estas experiências tendem a fomentar um novo olhar dos trabalhadores sobre o trabalho, sua significação e contribuição não apenas para sua condição pessoal, mas também para sua condição de ser social, que vive, desenvolve-se e evolui em sociedade a partir de formas diferenciadas de relações de convívio.

Para a ES, o trabalho recupera a sua ênfase humana, como afirma Gaiger (2003, p. 193), “Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano”. Nisso, acredita-se que a ES combate, em grande medida, a expropriação do trabalho pelo capitalismo, recuperando a centralidade do trabalho como elemento de construção da vida.

Porém, os EES não podem ser concebidos fora das condições de produção do mercado capitalista, pois, já em sua estrutura inicial, são dependentes de fontes de financiamento, fornecimento de matéria-prima, entre outros. Conforme argumenta Gaiger (2003, p. 194), “A ES não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista”.

Ou seja, o EES é um espaço onde as relações de produção são diferentes do capitalismo, mas esta outra forma de relação de produção convive com a ameaça da forma de reprodução capitalista, pois a linha que separa o empreendimento solidário da economia capitalista é cotidianamente rompida por seus membros, que estão divididos entre dois “mundos”: ao mesmo tempo em que estão dentro do EES como um sujeito solidário, cooperativo, também precisam interagir com a sociedade cujas premissas são individualistas.

Na perspectiva da Cáritas brasileira, não havia preocupação em contestar o capitalismo, mas sim criar estratégias de prover pessoas mais pobres e excluídas formas de sustento, originando, assim, uma economia popular solidária, terminologia ligada aos empreendimentos que surgem a partir dos projetos da Cáritas e que configuram os

pequenos empreendimentos produtivos. Dos pequenos empreendimentos coletivos, o movimento da economia popular solidária se transforma num movimento dos trabalhadores excluídos do processo produtivo, como contestação e resistência ao capitalismo, passando, portanto, a ser chamada de EPS.

Nessa perspectiva, a ES caracteriza o movimento não somente na busca por trabalho e renda, mas na transformação social, política e econômica da sociedade, fundamentada pela autogestão dos meios de produção na busca por modificar a estrutura social, ou seja, construindo um novo modelo não só econômico, mas também político.

Dessa forma, a ES procura romper com o passado do empreendedor que sempre esteve subordinado ao processo de produção e apresenta uma nova forma não só de fazer a gestão do empreendimento de modo coletivo, mas também de transformação de vida, o que exige de seus membros, além de aprendizagem, formação, luta interna para sair de um modelo no qual o sujeito ou obedece ou a manda, dependendo do lugar que ocupa, para conquistar um lugar em que o trabalhador não manda nem obedece, mas constrói a sua história de forma coletiva.

Considerando, portanto, que nos próprios documentos que subsidiam a ES nos deparamos com a contradição de a ES ser uma diferente possibilidade além do capitalismo ou uma dentre várias no seu interior, passamos a seguir a investigar como se dá a relação entre a teoria e as ações dos EES.

3. As filiações de sentido nos empreendimentos de economia solidária

Após elencar alguns recortes que puderam nos mostrar os sentidos sobre ES nos documentos que a subsidiam, queremos, nesta seção, relacionar estes sentidos com o modo como os diferentes sujeitos envolvidos nos EES compreendem-se nesta proposta e se se identificam mais ou menos com os saberes de uma economia que ora se coloca como parte do sistema capitalista, ora se coloca como uma proposta que o supera.

Para tanto, estamos considerando o discurso destes sujeitos e dos documentos que fundamentam a ES como uma construção histórica e social, atravessada pela ideologia, pela política e pela história, o que leva toda materialidade a ser analisada, como afirma Pêcheux (1997, p. 97), “[...] a partir de condições de produção dadas [...]”. Julgamos que a AD pode, então, nos ajudar a compreender o modo como tais



determinações atingem o mundo do trabalho, pois, para além das suas implicaturas legais, a questão do trabalho passa necessariamente por aquilo que é dito e não dito, por aquilo que aparece e aquilo que é silenciado nas práticas de exploração do homem pelo homem. Tais questões nos levarão, inevitavelmente, às contradições que permeiam todo e qualquer discurso, mas que aqui podem nos ajudar a pensar no modo como ações de ES podem coexistir ou não numa lógica de mercado regida pelo lucro, pelo capital, pela mais-valia.

Sobre os documentos norteadores para a ES, elaborados pela SENAES, temos o sujeito que produz para si e para a coletividade, inserido ao mesmo tempo num contexto político e governamental, pois este órgão, por ser uma secretaria de governo, atende aos interesses deste.

Já a Cáritas enuncia e produz sentidos num contexto religioso, pois, sendo uma entidade da igreja, atende, portanto, aos interesses da religião católica. Especificamente no caso da ES, a Cáritas fundamenta seu trabalho no discurso da teologia da libertação, movimento católico, propagado no Brasil por meio das comunidades eclesiais de base (CEBs). Vejamos na Sd a seguir retirada do documento *Mística e Espiritualidade*:

Sd 5 (Cáritas): Anunciar, com ações e palavras, e especialmente com a conquista da *cidadania plena* para todas as pessoas, que o projeto de sociedade deve contar com a participação dos excluídos, e que ele deve conter qualidades que o liguem ao *Reino de Deus*. Trata-se de uma missão que mexe com as estruturas da sociedade e com a cultura de dominação. (POLETTTO, 2003, p. 18).

A Cáritas, como entidade filiada à igreja católica, produz nas suas ações efeitos de sentidos que a identificam com esta religião, todavia, ao mesmo tempo em que procura negar o capitalismo, também não se identifica com ideias socialistas no âmbito do trabalho. Como observamos na Sd 5, ao anunciar *cidadania plena* produz efeitos de sentido de utopia, pois dentro do capitalismo, não existe possibilidade real de uma inclusão plena, o que marca, portanto, neste enunciado, a distância entre o que existe na realidade e aquilo que se deseja, mesmo que pretenda: *mexer com as estruturas da sociedade e com a cultura de dominação* (Sd 5).

A ligação entre *cidadania plena* e *Reino de Deus* (Sd 5), reforça a perspectiva de utopia, portanto, uma negação do modelo de sociedade da economia atual, mas também não deixa claro como se efetiva uma proposta desta natureza.

Aqui temos a plena identificação do sujeito enunciador da Cáritas (Sd 5) com os saberes da ideologia religiosa, ao ressaltar a perspectiva do *Reino de Deus* como transformação das estruturas da sociedade; mas, ao mesmo tempo, observamos aí uma certa identificação do sujeito enunciador com saberes socialistas, que pregam a *transformação das estruturas da sociedade*. Esta contradição, uma vez que se trata de saberes antagônicos, o religioso e o socialista, acaba sinalizando para o fato de que não se pode necessariamente colocar em oposição capitalismo e socialismo, socialismo e igreja católica, pois os saberes sobre ES acabam sendo atravessados por saberes de um e de outro, sem que necessariamente se possa optar por uma única linha de pensamento. Esta contradição nos leva, então, a recuperar as palavras de Pêcheux (2006, p. 56), para quem todo discurso é:

[...] o índice potencial de uma agitação nas fileiras sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (2006, p. 56).

Vejamos as seguintes sequências retiradas de documentos balizadores para a ES:

Sd 6: (SENAES) À medida que se organiza e se integra, a Economia Solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a *inclusão de novos participantes* ou com a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas *margens de sustentabilidade*. Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista. (I CONAES, 2006, p. 4).

Sd 7: Em várias regiões, o movimento de Economia Solidária discute com os bancos públicos e com os governos a destinação de recursos para o fomento à Economia Solidária. (CÁRITAS, 2015, p. 14).

As duas sequências discursivas nos mostram como a ES, por meio dos ESS, se identificam com saberes socialistas ao produzir efeitos de sentidos de cooperação e, principalmente, com a ideia de uma *sociedade sem classes* (Sd 6). Ao mesmo tempo, a Sd 6 alerta que o empreendimento solidário precisa respeitar as margens de sustentabilidade, uma *sustentabilidade econômica*, o que vem convocar sentidos do mundo capitalista, cuja premissa significa gerenciar um negócio em função de uma rentabilidade esperada. Estes sentidos vão novamente colocando a proposta de ES em contradição, na medida em que os sujeitos da ES podem se beneficiar com a inclusão de novos participantes, baseando-se na lógica de sustentabilidade econômica, algo próprio

do sistema capitalista. Também a Sd 7 apresenta que os empreendimentos econômicos solidários precisam dos *recursos dos bancos públicos*, um aparato financeiro do Estado organizado no interior do capitalismo, o que marca novamente um sentido que, em certa medida, se choca com os saberes socialistas.

Vejamos como se configuram estes saberes sobre ES a partir das entrevistas realizadas com membros dos grupos que acontecem na região da AMUREL. No caso a seguir, as trabalhadoras estavam respondendo a: O que você entende por autogestão?

Sd 8 (Trabalhadoras EES): Não há patrões nem empregados. Todos são responsáveis pelos trabalhos realizados no grupo, com total relação de cooperação, solidariedade e respeito.

Sd 9 (Trabalhadoras EES): Ter a capacidade de cuidar do próprio negócio.³

Nestas Sds, podemos observar que os sujeitos envolvidos nos empreendimentos pesquisados identificam-se com o discurso de que a ES deve desfazer a relação patrão/empregado e surgir como uma nova forma de gerir igualitariamente. Todavia, sabemos que não necessariamente este dizer consegue efetivar-se, dadas as condições materiais que afetam cada grupo diferentemente. Também porque a ES não é necessariamente a tomada de consciência dos trabalhadores sobre a sua condição de explorado, pois, em suas formas iniciais e atuais, os sujeitos que aderem a essa modalidade de trabalho não necessariamente o fazem por aspirar a uma nova economia, mas porque são quase que forçados a isso, dada a sua condição de excluídos do processo produtivo capitalista, seja por baixa qualificação, seja por idade avançada para o mercado de trabalho. Ou seja, o sujeito tem sempre uma autonomia relativa sobre si mesmo e sobre o modo como as condições de produção afetam seu discurso. Desse modo, entre uma identificação maior aos saberes da ES e as condições de produção em que vivem, estes sujeitos acabam ainda filiados aos saberes do capitalismo, mas isso não impede a compreensão de que existem outras possibilidades de gestão, como podemos observar a seguir, quando as trabalhadoras foram perguntadas, no caso da Sd 10, se o lucro era importante nos empreendimentos; no caso da Sd 11, o que se entendia sobre autogestão:

³ Idem nota 2.



Sd 10 (Trabalhadoras EES): Sim. É importante para investimento no próprio negócio e para a divisão igualitária entre os membros.

Sd 11 (Trabalhadoras EES): Ter a capacidade de cuidar do próprio negócio.

Podemos dizer que a adesão à ES, mesmo que de forma involuntária, inconsciente em alguma medida, representa em si um processo de resistência à lógica do trabalho capitalista, lutando por encontrar um novo lugar, onde os valores sejam diferentes, em que a inclusão seja preponderante (*divisão igualitária entre os membros* (Sd 10)) à exclusão vivenciada no sistema capitalista, bem como seja possível algum empoderamento de seus membros: *capacidade para cuidar do próprio negócio* (Sd 11).

Todavia, esta tomada de consciência sobre a proposta de ES, como já tratamos aqui, não impede os seguintes dizeres, quando uma trabalhadora é questionada sobre a importância do lucro para o empreendimento de ES:

Sd 12 (Trabalhadoras EES): *Não é tudo, mais porque é com ele e dele que vivemos.*

Mesmo considerando que o lucro não é fator principal (Sd 12), ele ainda é necessário mesmo nesta proposta outra chamada ES, que visa eliminar a exploração de mão-de-obra em vista da lucratividade. O lucro ainda é, conforme este sujeito enunciativo, uma *garantia da vida*, é importante para o EES porque possibilita novos investimentos e permite a divisão entre os membros. Todavia, ao não negar o papel do lucro no empreendimento, a trabalhadora acaba se identificando com discurso capitalista do lucro como elemento central no negócio, ao mesmo tempo em que admite a divisão do lucro de forma igualitária entre os membros, o que já filiará seu discurso a saberes socialistas.

Neste embricamento de discursos que se aproximam, afastam-se, conflituam-se, contradizem-se, buscamos, então, pensar tais atravessamentos a partir da noção de formação ideológica em AD, que representa o modo como os conjuntos de saberes organizam nossa vida em sociedade e se marcam no discurso do sujeito.

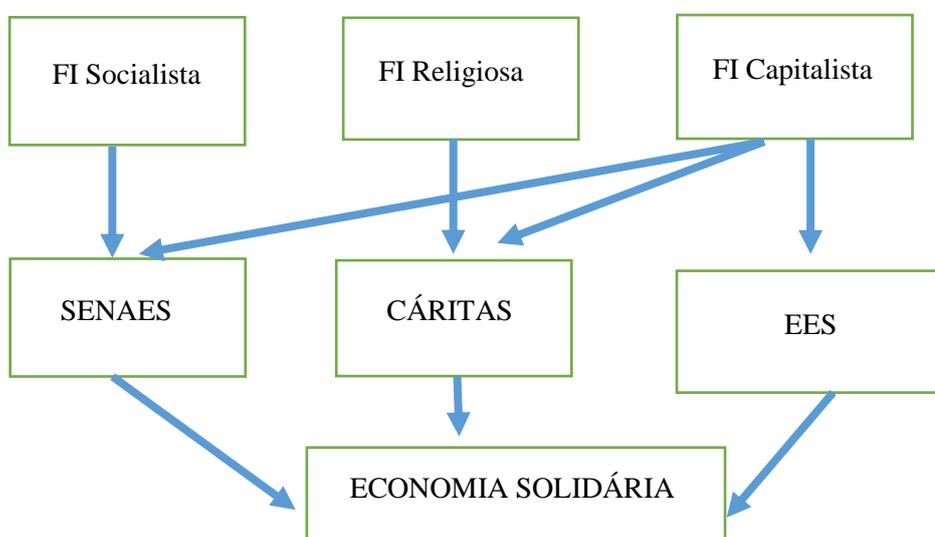
A ideologia é condição para a existência do sujeito assim como o sujeito é condição para a existência da ideologia, e nessa perspectiva a produção de sentido se dá no interior das formações ideológicas, pois são estas que vão constituir os sujeitos e seus discursos. Estamos compreendendo formação ideológica, conforme Pêcheux e



Fuchs (1997, p. 166), como “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos às posições de classes em confronto umas com as outras. Comporta, necessariamente, uma ou mais formações discursivas interligadas”.

A partir das Sd que analisamos neste artigo, pensamos que o discurso sobre ES, tanto para os documentos que a subsidiam, quanto para os trabalhadores participantes dos empreendimentos vão produzir seus discursos e sentidos a partir de três formações ideológicas que tentamos apresentar na figura abaixo:

Figura 1: O discurso sobre economia solidária no Brasil



Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Tentamos mostrar neste esquema, como o discurso da ES se constitui a partir de diferentes formações ideológicas, por diferentes sujeitos, e que vão produzir sentidos interpelados pelos saberes de cada instância, todos podendo sofrer os deslocamentos a que está exposto o discurso o tempo todo.

A produção da ideologia, no interior da formação ideológica capitalista, faz com que o trabalhador naturalize a relação de exploração e dominação, e os sentidos produzidos vão se dar em função da ação da ideologia capitalista. É pelo funcionamento da ideologia que cada indivíduo reconhece seu lugar na sociedade, e dando ênfase a

nossa temática, reconhece seu lugar no mundo do trabalho, lugar este construído por um conjunto de palavras que dão sentidos ao sujeito trabalhador.

Segundo Hobsbawm (1996, p. 17), o mundo moderno, que chamamos aqui de mundo do trabalho, é marcado por palavras, tais como:

[...] “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo” e “socialismo”. Ou ainda “aristocracia” e “ferrovia”, “liberal” e “conservador” como termos políticos, “nacionalidade”, “cientista” e “engenheiro”, “proletário” e “crise” (econômica). “Utilitarismo” e “estatística”, “sociologia” e vários outros nomes das ciências modernas, “jornalismo” e “ideologia”, todas elas cunhagens ou adaptações deste período [1789 a 1848 – período da dupla revolução, a inglesa e a francesa]. Como também “greve” e “pauperismo”.

Essas palavras fazem parte da nossa vida em menor ou maior intensidade e objetivam produzir sentidos para quem as ouve e as reproduz, pois é dessa forma que a ideologia age. Segundo Orlandi (2007, p. 20), “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós.” E é nesse funcionamento que o sujeito se identifica com o sistema dominante, aceitando, com certa naturalidade, seu *status quo*, e isso é feito por meio do discurso.

O sentido de *trabalho* na formação ideológica capitalista deriva da relação de força entre trabalhador e patrão, que vão produzindo os seus dizeres a partir do lugar de onde enunciam. Assim, o sujeito ocupa uma posição, um lugar de fala, designado em AD como uma posição-sujeito: lugar de onde o indivíduo fala e que vai ser constituído a partir da identificação com determinados saberes, abrigados na noção de Formação Discursiva (FD): “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Todavia, ao mesmo tempo em que se pode pensar nestes conjuntos de saberes que determinam o discurso do sujeito, vamos observando que as fronteiras que separam estes conjuntos inevitavelmente se confundem, interpenetram em muitos momentos, como vimos acontecer com o discurso da ES, que se fundamenta ora numa perspectiva socialista, ora numa perspectiva religiosa, mas que não consegue não ser afetado pelo discurso capitalista, cuja força está no dia a dia do trabalhador, nas suas relações cotidianas, na sua condição de sobrevivência dentro deste sistema. Tomando, então, a



FD, conforme Gregolin (2007, p. 176), “no interior desse intrincamento, ela não remete mais a lugares enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos”.

Por isso, estamos compreendendo o sujeito da ES, nesse caso os trabalhadores solidários, como um sujeito dividido entre mais de uma FD e ainda marcado pela própria dispersão de saberes de cada FD, pelo modo como suas fronteiras permitem a passagem de saberes, inclusive, antagônicos. Neste jogo, podemos dizer que um mesmo sujeito ora se identificando com os saberes do capitalismo, porque tem um outro trabalho; ora com os saberes da ES, quando está participando das atividades dos empreendimentos. Temos, então, um sujeito dividido, pois, se é cristão, precisa negar os sentidos da ideologia socialista; se é capitalista, precisa negar os sentidos da ideologia socialista e religiosa; se ele é socialista, precisa negar os sentidos da ideologia religiosa e capitalista. Em outras palavras, o sujeito da ES, ao mesmo tempo em que se identifica com a proposta de solidariedade, de autogestão, de cooperativismo, consome bens e serviços produzidos pelas empresas capitalistas, depende de crédito dos bancos capitalistas para financiar o seu empreendimento, depende da saúde fornecida pelo estado, que também é capitalista. Temos, então, um sujeito interpelado pela ideologia socialista e religiosa, quando assume o ideal solidário, e interpelado pela ideologia capitalista, quando assume o ideal individualista, mas que, apesar de ser constituído por saberes tão distintos, não consegue se isolar do sistema capitalista em que vive.

Com isso, ao mesmo tempo em que os sujeitos da ES procuram produzir discursos no sentido de superar a economia capitalista, produzem sentidos de criar condição de existir no interior do capitalismo. E, entre o mesmo e o diferente, algo se move e as estruturas de uma sociedade excludente passam a ser questionadas, o que é um grande ganho, por mais modesto que pareça ser. Faz-se necessário um contínuo questionamento sobre o discurso individualista propagado pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, é necessário produzir discursos que propaguem a solidariedade nas relações de produção, consumo, comercialização e finanças, estruturando assim uma nova forma de olhar a produção. A ES tem feito sua parte.

4. Considerações Finais



Procuramos compreender na perspectiva da AD os sentidos mobilizados na constituição da ES nos EES na região da Amurel e, a partir das respostas obtidas com as trabalhadoras, compreendemos que a ES na forma como se personifica nos empreendimentos não se consolida como um novo modo produção conforme a defesa de Paul Singer, mas que pode ir ao encontro da concepção defendida pela Cáritas, de que a ES se consolida como movimento social.

A ES não tem a pretensão de eliminar o capitalismo, mas sim ser uma outra modalidade de economia, como fica evidenciado na Sd “uma *outra* economia em nossas mãos”, trazida da cartilha *Outra economia em nossas mãos: gestão e viabilidade econômica* (CARITAS, 2011).

A construção de uma outra economia é possível segundo a Cáritas a partir da ação de homens e mulheres em pequenas iniciativas de produção, que, mesmo parecendo insignificantes em quantidade, podem disseminar uma nova economia baseada na solidariedade, criando assim uma alternativa a lógica econômica capitalista.

Na nossa compreensão, a partir das respostas obtidas com as trabalhadoras, acreditamos que um longo caminho ainda precise ser percorrido para que a ES signifique em termos de solidariedade, cooperação e autogestão, mesmo significando em quantidade. Que a motivação que levou a sua constituição não foi a criação de uma nova economia, mas a sobrevivência e a inclusão produtiva e, nessa perspectiva, os grupos têm atingido seus objetivos, pois permitiram e permitem a milhares de homens e mulheres encontrar uma forma não assistencialista de buscar seu sustento.

Não se pode esquecer, porém, que os EES, crescente no Brasil e com significativa importância na composição da riqueza produzida, dependem do sistema capitalista para a sua concretização, pois os consumidores dos produtos e serviços produzidos não têm a compreensão da ES, a matéria prima é fornecida por empresas capitalistas, o crédito, apesar de iniciativas de finanças solidárias, ainda é obtido em bancos capitalistas, ou mesmo em cooperativas de créditos de cunho solidário, mas que seguem normas do sistema financeiro capitalista.

Compreendemos, então, a partir desta pesquisa, que, mesmo existindo em forma de empreendimentos, a ES ainda não existe de maneira plena no interior dos empreendimentos, quando analisado a partir dos seus fundamentos e dos seus membros. O sujeito da ES, apesar das constantes formações e discussões ainda é marcado por



sentidos capitalistas na sua prática, o que nos permite afirmar que há, em alguma medida, um distanciamento entre aquilo que se fala e aquilo que se pratica.

A pesquisa nos permitiu compreender que não será a ES um novo modo de produção, mas também não se resume a ser um apêndice capitalista, um lugarzinho que o capitalismo deixa para que sejam incluídos os de uma massa sobrança. Nossa pesquisa nos mostra caminhos para a ES enquanto estratégia de desenvolvimento local, geração de emprego, renda e inclusão produtiva, constituindo-se enquanto movimento social. E, mesmo que isso se dê lentamente, precisamos sempre lutar por uma maior conscientização do trabalhador sobre sua força.

Referências

CARITAS BRASILEIRA. **Cáritas brasileira: 50 anos promovendo solidariedade**. São Paulo: Paulus, 2006. (Estudos da CNBB, 92).

_____. **Incidência em Políticas Públicas no Campo da Economia Solidária**. Brasília, DF, 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento: documento final**. Brasília: SENAES/MTE, 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=348>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2013, Brasília. **Texto de Referência: contextualização e balanço nacional**. Brasília: SENAES/MTE, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0143BB08893640E8/Texto%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20gr%C3%A1fica.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

DESTINO NEGOCIO. **Gestão. Como escolher o funcionário do mês**. 2015. Disponível em: <<http://destinonegocio.com.br/gestao/como-escolher-o-funcionario-do-mes/>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: uma (nova) introdução**. São Paulo: EDUC, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.economia.solidaria.org.br/bib2.htm>>. Acesso em: 21 out. 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação discursiva, mídia e identidades**. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789–1849**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-105.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 74-92, 2008.

POLETTO, Ivo. **Mística e espiritualidade**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2003. (Cadernos Cáritas, n. 4). Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/09/mistica2.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

SOUZA, André Ricardo. **O processo educativo dos projetos alternativos comunitários da cáritas**. 2007. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Edu-3.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

Submetido em: 03/08/16. Aprovado em: 15/09/2016.

